

## Um olhar sobre o governo aberto no nível subnacional: o índice institucional do governo municipal aberto nas principais cidades do Brasil

Ponencia ganadora.

Premio GIGAPP Jóvenes Investigadores Joan Prats 2018. Mención área administración pública

Ferreira Dias, Thiago

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

 tfdpe82@gmail.com

Rodrigues Garcia, Anna Beatriz

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

 bbiagarcia2@gmail.com

Camilo, Nathália Lara Fagundes Souza

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

 nathalialfsc@gmail.com

Documento recibido: 14 mayo 2018

Aprobado para publicación: 15 enero 2019

---

### Resumo

Esta investigación analiza la implementación del Gobierno Abierto en las principales ciudades brasileñas, a la luz de la Ley de Acceso a la Información y la perspectiva teórica del Gobierno Abierto. Luego, utilizándose enfoques y técnicas de investigación cualitativas y cuantitativas, la presente investigación de carácter descriptivo y exploratorio, intenta analizar la etapa actual de implementación del gobierno abierto en las 2 mayores ciudades de cada Estado del Brasil, así con el total de 52 ciudades cuya finalidad fue hacer la medición del Índice Institucional de Gobierno Abierto Municipal (IIGAM-Brasil) que pueda apuntar el estado de la presencia del paradigma del gobierno abierto en modo institucional en los gobierno subnacionales (Dias y Oliveira, 2016; Dias, Garcia y Camilo, 2017). Con los datos del índice hecho correlaciones con otros datos socioeconómicos, apuntar el rendimiento de los gobiernos locales y con esto subsidiar las reflexiones sobre los avances, límites y desafíos puestos en el tema Gobierno Abierto subnacionales en Brasil. Los primeros datos apuntan que las dimensiones de colaboración y participación son muy deficitarias, que necesitan mayor atención por los gobernantes, principalmente en la región Norte del Brasil. Ya la transparencia ocurre con mayores mecanismos ya que hay leyes que obligan los municipios en cumplir algunos requisitos de transparencia activa, pero no cumple plenamente las obligaciones de la ley de acceso a la información. En final, es posible apuntar relaciones de los mejores IIGAM-Brasil están asociadas a mejores Índice de Desarrollo Humano y con mayor inserción digital de la población. Señala que el desarrollo de los municipios a través del fortalecimiento de la educación, salud y economía tiene un impacto en la eliminación de las restricciones a las opciones y oportunidades para ejercer una acción racional, con el fin de ampliar las libertades, políticas, económicas y sociales (Sen, 2000) tiene contribución a mejoría de la acción y interacción ciudadana, a través de mecanismos de participación y colaboración.

## Palavras chave

Accountability, Governo Aberto, Índice Institucional, Governo Local, Brasil

## Abstract

Using qualitative and quantitative research approaches and techniques, the present investigation of a descriptive and exploratory nature, tries to analyze the current stage of implementation of open government in the 2 largest cities of each State of Brazil, thus with the total of 52 cities whose purpose was to measure the Institutional Index of Municipal Open Government (IIGAM-Brazil) that could indicate the state of the presence of the paradigm of open government in institutional mode in subnational governments (Dias and Oliveira, 2016; Dias, Garcia and Camilo, 2017). With the data of the index made correlations with other socioeconomic data, to point out the performance of the local governments and with this to subsidize the reflections on the advances, limits and challenges posed in the theme of Open Government subnationals in Brazil. The first data analysis point out that the dimensions of collaboration and participation are very deficient, which need greater attention by the government, mainly in the Northern region of Brazil. Transparency already occurs with several mechanisms, since there are laws that oblige municipalities to meet certain requirements of active transparency, but it does not fully comply with the law of the law on access to public information. It is possible to identify the best IIGAM-Brazil records convergent with better Human Development Index and with greater digital insertion of the population. Main findings also note that the development of municipalities through the strengthening of education, health and economy has an impact on the elimination of restrictions on options and opportunities to exercise rational action, in order to expand political, economic and social freedom (Sen, 2000).

## Keywords

Accountability, Open government, Institutional index, Local governments

---

## Introdução

Desde o final da década de 1970 no mundo, e precisamente no Brasil a partir da década de 1990, as Administrações Públicas – nacionais e locais – vem empreendendo mudanças quanto as suas práticas nas interações entre Estado e Sociedade, em especial, com a incorporação do *accountability* democrático e da participação cidadão. Estas mudanças emergem dentre vários fatores que perpassam desde a visão sociocêntrica da Administração Pública (Keinert, 2000), no qual o sentido de ação pública vai além da intervenção estatal de modo exclusiva, partindo da ideia de que há produção pública que emergem da sociedade (desenho, implementação ou avaliação da política pública).

Bem como, uma visão que objetiva aperfeiçoar a entrega de valor público das Administrações Públicas, principalmente com os questionamentos empreendidos a partir do fim da década de 1990 sobre o tamanho da “máquina pública” e sua carga tributária em paralelo com a pouca entrega de serviços públicos de qualidade. De modo que, novas práticas institucionais começam a ser implementadas com intuito inicial de trazer eficiência e economicidade as ações públicas, que convencionou no Brasil como Gerencialismo (Bresser-Pereira, 1996), e num segundo momento abrindo o olhar para ampliar com o fortalecimento da relação interacional entre Estado e Sociedade para alavancar o desempenho da “máquina pública”, e consequente melhoria entrega de serviços público (Osborne, 2006), movimento denominado de Nova Governança Pública.

Dentre as ações de interação incluem uma diversidade, desde mecanismos de transparência e controle social (uns mais autônomos e dinâmicos) até espaços e construções de políticas públicas coprodução (Ostrom, 1996, Pestoff, 2006) institucionalizados, estes incluindo conselhos de políticas públicas, conferências, audiências públicas, ouvidorias e leis.

Neste contexto há demanda pela ampliação das ações de dados abertos, transparência, participação e colaboração cidadã junto aos governos locais com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da gestão pública e da qualidade de vida nos municípios, ente mais próximo à população. De modo que, o tema Governo Aberto emerge neste contexto e congrega várias ideias coordenadas em discursos e consolidadas teórica e empiricamente com um objetivo em comum que é a preocupação acerca da legitimidade democrática via interação associada à busca pela melhoria no desempenho da Administração Pública. Ressalvando que só se obtém êxito no desenvolvimento do modelo aberto como forma de gestão a partir do momento que o gestor público encara a participação cidadão como positivo à Administração Pública, e tal fato implica em cessão, distribuição, delegação e compartilhamento de poder com os cidadãos (Calderón e Lorenzó, 2010).

Estas ações emergem no âmbito da visão sociocêntrica do Estado no qual fundamentase na insurgência de novos arranjos institucionais no qual o público não deve ser entendido como monopólio de ação único e exclusivo do Estado, mas pode ser compartilhado com organização para além do estado. Desta forma, a sociedade civil ganha reconhecimento como ator importante na redefinição do espaço público.

Desta forma, há uma pressão para que os governos abram as “caixas pretas” e compartilhem informações públicas e possibilite que os cidadãos possam analisá-las para melhor intervenção no espaço público. O cidadão passa a ser compreendido não apenas como um mero cliente, mas sim um ator social revestido de direitos políticos e sociais e que deve ser coprodutor das ações públicas. Assim, avançamos além das ferramentas de governo eletrônico para defesa do Governo Aberto que Calderón e Lorenzó (2010, p. 31) afirma ser uma proposta que “pretende realizar a governança democrática por meio de corresponsabilidade social na concepção e na implementação de políticas públicas”.

No Brasil as ações públicas de fomento ao Governo Aberto incluem uma diversidade de mecanismos de transparência e controle social, desde os mais autônomos e dinâmicos até os mais institucionalizados, estes incluindo conselhos de políticas públicas, conferências, audiências públicas, ouvidorias e leis, entre elas as do Plano Plurianual - PPA, das Diretrizes Orçamentárias - LDO, do Orçamento Anual - LOA, da Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000), da Transparência (Lei Complementar 131/2009) e de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/2011) (Schommer, Dahmer e Spaniol, 2014).

No âmbito da União já temos um relativo avanço nas ações do Governo Aberto, em especial a partir da Parceria para Governo Aberto (OGP), e a partir dessas atividades foi criado o Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA) através do decreto sem número de 15 de setembro de 2011, o qual institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto (PNGA). Todavia, todo arcabouço legal e as ações públicas efetuadas no plano de União tem efeitos na adequação nas práticas de gestão dos governos subnacionais. Ao mesmo tempo em que os municípios têm carência quanto à capacidade institucional, capacidade financeira dependente da União e déficit de capacidade técnica dos seus recursos humanos, trata-se do ente mais próximo da população e por sua vez o que recebe a maior cobrança pela eficiência, eficácia e efetividade no trato da coisa pública (Hernández-Bonivento; Gandur; Najles, 2014).

Com base na carência de indicadores que reflita amplitude do conceito de Governo Aberto para além do olhar unidimensional da Transparência, elaborou-se então o Índice Institucional de Governo Aberto Municipal – IIGAM-Brasil (Dias e Oliveira, 2016), no qual os critérios de avaliação são distribuídos nas três dimensões bases – Transparência, Participação e Colaboração – oferecendo, em consequência, um panorama integral e institucional da prática de Governo Aberto e suas relações com indicadores socioeconômicos das localidades.

No presente artigo será analisado os processos e resultados acerca da aplicação do Índice Institucional de Governo Aberto nas principais cidades brasileiras, bem como correlacionar indicadores socioeconômicos com o IIGAM-Brasil dos municípios estudados para verificar se o desempenho do Governo Aberto tem relação com estas variáveis. Ao longo do artigo serão abordadas as bases teóricas que fundamentam o estudo, iniciando pela Nova Governança Pública e Accountability e finalizando com o Governo Aberto e suas dimensões.

## **Nova Governança Pública: novas bases de accountability e o Governo Aberto**

A Nova Governança Pública, filosofia de Estado que fundamenta o Paradigma do Governo Aberto, ganha relevância acadêmica a partir da década de 1990, sendo guiada pelas teorias sociológicas e de redes. Segundo Pierre e Peters (2000) a Governança Pública tenha sido impulsionada pela Nova Gestão Pública, uma vez que compartilham preceitos comuns, e pelo desejo de "formas genéricas de controle social" (Pierre e Peters, 2000). Em contrapartida, Osborne (2006) afirma que a Nova Gestão Pública nada mais é do que uma fase de transição para a Governança, no qual há ampliação nas mudanças da atuação do Estado, como o fortalecimento da interação com a sociedade.

A Governança pode ser entendida como modo de gestão democrático, em razão que pressupõe uma mudança no papel do Estado, tornando-o o agente coordenador de uma rede interorganizacional de cooperação entre o mesmo, o setor privado e a sociedade civil, na qual a boa interação visa a elaboração e implementação das políticas públicas e a entrega do serviço público. O cidadão passa a ser percebido como parceiro e componente ativo do processo, potencializando dessa forma os relacionamentos institucionais através de uma relação de confiança e de contratos relacionais (Fontes Filho, 2014).

Pondera-se que a Governança é adaptativo às realidades locais, não devendo ser tratado como um padrão a ser reproduzido em todo e qualquer cenário. Acrescenta-se que para uma efetiva aplicabilidade é imprescindível uma comunicação transparente e clara entre o Estado e os demais agentes. Neste sentido, manifesta-se a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aliada à atuação estatal, possibilitando assim que o controle passe de uma função burocrática para uma democrática, motivando a sociedade a participar da atividade política e a exercer um papel fiscalizador.

Ressalta-se que a criação de redes de governança respalda-se na coprodução, levando a uma quebra na centralização e hierarquização do poder e, conseqüentemente, o controle passa a ser qualificado como horizontal, ao contrário dos modelos anteriores no qual a accountability era verticalizada, seguindo o fluxo agente-principal. Em conformidade com Prado, Ribeiro e Diniz (2012), accountability se caracteriza como a prestação de contas e a publicidade das ações do governo alinhadas aos mecanismos institucionais de controle da administração pública, podendo gerar incentivos ou sanções, a depender das ações dos agentes públicos. Os autores Pinho e Sacramento (2009) afirmam que a motivação para surgimento da accountability ocorre a partir da pressuposição da existência do poder, e a mesma nasceu com objetivo de controlá-lo.

Neste contexto, O'Donnell (1991) adota um caráter bidimensional para visão de accountability, e defende que a depender da posição dos atores que participam do processo, admite-se as dimensões verticais ou horizontais. Para a orientação vertical, a relação de controle ocorre de um agente para um principal. E na direção horizontal, o controle acontece entre os poderes, configurando o movimento denominado de *Checks and balances*. E presume assim, uma ação entre iguais, diferentemente da dimensão vertical, isto, por entender que accountability acontece a partir de uma responsabilidade assumida, tem-se que o compromisso pactuado pode se manifestar de dois modos: objetivo e subjetivo.

A responsabilidade se enquadra no perfil objetivo, segundo Campos (1990), quando assumida para com o outro, portanto, implica na obrigação externa a si. Em oposição a responsabilidade na vertente subjetiva e conforme Pinho e Sacramento (2009), esse comprometimento ocorre a partir da cobrança interior do indivíduo de prestar contas a alguém. Desta forma, torna-se algo agregado ao ser, sendo consequência do seu caráter e cultura. Essa responsabilidade implica no termo definido por Oszlak (2003), como *responsabilidadidad*, ou seja, o ato voluntário de responder.

No contexto de accountability, o pressuposto de responsabilidade assumida resulta ainda, na responsabilização dos atores, essa sendo estabelecida por Oszlak (2003, p. 1), como "uma relação onde um sujeito é submetido por outro a um processo que exige pontualidade na prestação de contas", o mesmo justifica que "isso ocorre em função do compromisso e das obrigações assumidas ao exercer cargo de gestão".

A responsabilização se torna possível, por existir o procedimento denominado *Answerability*, que concordante a Pinho e Sacramento (2009, p. 1349), é "a obrigação dos detentores de mandatos públicos informarem, explicarem e responderem pelos seus atos". Por meio dessas ações, o agente público pode ser premiado ou punido. Quando ocorre punição, configura-se a situação a partir da capacidade de *Enforcement*, ou seja, "a capacidade das agências de impor sanções e perda de poder para aqueles que violarem os deveres públicos" Pinho e Sacramento (2009, p. 1349).

Aliada às concepções de Governança e Accountability advinda de um contexto crônico de descrença social, o Estado, a fim de recuperar a confiança da população e fortalecimento das ações públicas estratégicas emerge a visão do Governo Aberto. Conforme Ramírez-Alujas (2012), essa proposta de postura de ação de governo se propõem a responder ao esgotamento dos modelos tradicionais de governança, e, assim, se tornar uma forma de integração da administração pública com o cenário pluralista atual.

De modo que, o Governo Aberto trata-se de propor nova postura da Administração Pública na qual preza a transparência e acesso a informação como direitos humanos, possibilidade de reutilização da informação do setor público (dados abertos), contribuir para o fortalecimento da participação cidadão e favorecimento a geração de espaços colaborativos para cocriação e coprodução de valor público Ramírez-Alujas (2012).

O movimento em prol do Governo Aberto obteve impulso por meio da reunião de oito países (Estados Unidos, Brasil, México, África do Sul, Filipinas, Indonésia, Noruega e Reino Unido), os quais instituíram um pacto para propagar práticas de abertura no governo. Gera-se, então, a Aliança para Governo Aberto-AGA (*Open Government Partnership-OGP*) ainda no início do século XXI.

Segundo Mendieta (2012), a AGA baseia-se em quatro princípios, a saber: melhorar a disponibilidade das informações a respeito das atividades do governo para todos os cidadãos; apoiar a participação cívica; implementar os mais altos padrões de integridade profissional nas administrações e o favorecimento do acesso a novas tecnologias que facilitem a abertura e a prestação de contas.

Dentre os países precursores destacam-se o Brasil e os Estados Unidos, por empreender iniciativas geradoras de transformações. Os Estados Unidos, por meio do memorando sobre Transparência e Governo Aberto, de 21 de janeiro de 2009, afirma que o uso da tecnologia pode promover uma maior transparência das ações do governo, gerando a ampliação da participação e colaboração por parte da sociedade civil e dos atores privados (Ramírez-Alujas, 2012).

Atribuem-se, então, que a transparência, a participação e a colaboração são os três pilares que sustentam a proposta de Governo Aberto. Concebendo conceituações, tem-se que a Transparência contempla a abertura dos dados por parte da Administração Pública, não apenas para prestar contas fiscal e das ações públicas, como também possibilitar acessibilidade desses dados públicos e areutilização dos mesmos (dados abertos). Segundo Mendieta (2012) na transparência temos quanto a iniciativa de forma ativa, isto é tudo disposto em sítio eletrônico sem obstáculos de acesso à população, e de forma passiva, na qual o cidadão ou instituição solicita os dados a Administração Pública. Também podemos denominar quanto a disponibilidade de conteúdo, a primeira é a opaca, isto é, quando a Administração Pública abre os dados para dar visibilidade ao Governo, mas estes dados estão dispersos e de difícil compreensão ou reutilização, de modo que pouco contribui para o controle e sanção cidadã. Já a clara trata-se da disponibilização de dados necessários, reutilizáveis, compatíveis e que seja possível gerar informações que possibilite o controle cidadão (Mendieta, 2012).

A participação caracteriza-se como a ação de interação desenvolvida pela sociedade civil para com a gestão pública. Segundo Arnstein (1969), a participação cidadão é a redistribuição de poder que permite ao cidadão serem agentes ativos nas decisões sobre as ações públicas, em especial, as políticas sociais desenvolvidas pelas Administração Pública, isto é, indo para além da participação eleitoral, que ocorre de modo pontual.

E a colaboração, que segundo a Escala de Participação Arnstein (1969), representa o maior nível maturação da participação, visto que o controle decisório se dá de forma a envolver vários atores - o setor privado e o público- no desenho, implementação e/ou avaliação das ações públicas, de modo a buscar construir melhores soluções para os problemas públicos complexos. Nesta conceituação, segundo Brandsen e Honingh (2016) os cidadãos deixam de ser apenas usuário/clientes do serviço público, tendo papel protagonista na solução de problemas que impactam a coletividade, de modo a trazer maior valor público as ações.

Diante da compreensão das nuances do Governo Aberto e os avanços em termo legais e administrativos na realidade brasileira, desde a Constituição Federal (1988), no art.5 §14º, associada ao art. 19, § 3º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), garantiu ao cidadão brasileiro o direito de acesso à informação, por defender que todos possuem garantia à liberdade de expressão e de informação acessível, perpassando pelos instrumentos de transparência e responsabilização fiscal – a Lei Complementar nº 101/2000 ( Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei Capiberibe) e a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação) – compreende-se que o Brasil caminha de forma significativa para o desenvolvimento dos princípios do Governo Aberto e exerce uma postura de mudança efetiva.

Neste contexto também inicia uma busca por meios para mensurar o desempenho na transição para o Governo Aberto, de modo que, emergem alguns índices para acompanhamento, como os desenvolvidos pela Controladoria-geral da União, do Ministério Público e da Fundação Getúlio Vargas.

A Escala Brasil Transparente (2015), índice desenvolvido pela CGU e citado anteriormente, elege como objetivo a avaliação do grau de efetivação dos dispositivos da LAI. O enfoque dado às análises ocorre por meio da transparência passiva, sendo essa representante de 75% no peso total do índice.

Por meio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) desenvolveu-se o Índice de transparência do Ministério Público, que se dispõe a analisar os níveis de transparência dos municípios brasileiros de acordo com as iniciativas definidas por Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) como ativa e passiva. Dando ênfase a transparência ativa, com 75% da representação do índice, o mesmo busca investigar o cumprimento das exigências legais da LAI, além de analisar a realização de “boas práticas” por parte do governo.

Os indicadores existentes são estritamente focados na dimensão transparência, não albergando as dimensões participação e colaboração, componentes fundamentais do paradigma do Governo Aberto. Para tanto, sente-se a necessidade do desenvolvimento de um novo índice, o qual contemple todos os elementos do modelo abordado. Neste artigo apresenta-se como proposta para dirimir essa problemática o Índice Institucional de Governo Aberto Municipal (IIGAM - Brasil) aplicado a 52 cidade brasileiras.

## Metodologia

Esta pesquisa partiu inicialmente de uma pesquisa envolvendo a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas. Será realizada uma pesquisa descritiva e exploratória a partir de dados secundários (via sítios eletrônicos dos executivos dos municípios pesquisados) e inferências qualitativas acerca de indicadores socio-econômicos e o IIGAM-Brasil.

Pondero que na primeira etapa foi esboçada uma revisão de literatura acerca da temática associada à uma análise documental e apropriação do IIGAM validado em estudos anteriores (Dias e Oliveira, 2016; Hernández-Boniviento, 2016). Na segunda etapa a partir do levantamento anterior foram levantados e analisados via sítios eletrônicos dos executivos dos principais municípios brasileiros, isto é, as capitais mais a segunda maior cidade do Estado, excetuando o Distrito Federal –DF, o que possibilitou uma amostra de 52 cidades.

A escolha de três dimensões de análises partiu-se do entendimento que levou Bingham e Foxworthy (2012) e outras instituições que trabalham com a conceituação e análise de GA, em que a transparência incentiva e promove a prestação de contas de contas e o controle social da gestão; a participação cidadã legítima a tomada de decisões pública e cria novos espaços para debate, ajuda a proeminência dos atores sociais e melhorar a eficiência do governo, e finalmente, a colaboração põe os cidadãos, instituições e outros atores (até mesmo de outras esferas públicas) na ordem do dia e ação do governo como coprodutores de valor público.

Como todo indicador sintético o IIGAM-Brasil pretende condensar as dimensões com o desejo de medir lotes da realidade prática em uma única medida (Januzzi, 2005), para que preencha as necessidades da comunidade científica, as agências de governo e própria sociedade pela análise do nível de GA de cada município. Abaixo são apresentadas as dimensões da composição do índice, a atribuição de escalas e o número de variáveis e pesos de sistema usado para a construção da ferramenta de pesquisa.

A Dimensão 1 foi desenvolvido para uma escala de 0 a 1, no qual verifica o grau de conformidade com os requisitos da Lei 12.527/2011 (instrumentos de transparência ativo), de modo a observar aspectos como legislação municipal específica para a regulação do acesso à informação e a existência de um jornal oficial para publicação dos atos e decisões do governo. Ao abarcar tantos itens, apresenta vinte de variáveis de diferentes valores numéricos (concedidas em conformidade com a importância para a eficácia dos princípios) e exerce um peso na composição do índice de peso 1,25. É interessante esclarecer que tal peso é atribuído a esta di-

menção de modo menor que a colaboração porque envolve aspectos normativos, apesar de ser a dimensão com mais variáveis.

Já a Dimensão 2 – Participação Cidadã utiliza a mesma escala numérica usada para as outras dimensões. Visa obter o nível em que as pessoas têm espaços institucionais de participação nas decisões para adicionar seus conhecimentos e ideias para a gestão municipal. Quatro variáveis que visa trazer a tona tal dimensão, qual seja, a existência de orçamentos participativos, relatórios de conselhos de políticas públicas e outros mecanismos de controle social (fóruns de discussões, conferências, audiências públicas). Juntos, estes respondem pelo peso 1,25 no IIGAM-Brasil, igual a Dimensão 1.

Por fim, há a Dimensão 3, consistindo de 6 variáveis, que objetivam diagnosticar o uso de plataformas 'ouvidorias municipais, E-Sic e/ou redes sociais que ajudam na interação e comunicação com os cidadãos, bem como a prestação de serviços públicos e a articulação do governo com seus pares, associações, empresas e sociedade como uma forma de aumentar a colaboração no governo. Aqui foi atribuído o peso 1,5, partindo da premissa que a colaboração vai além dos aspectos legais de imposição obrigatória de adoção, de modo que apontam um delineamento da gestão municipal em ampliar os elos de criação de valor público de forma co-produzida.

**Quadro 1 - Elementos de Composição do Índice Institucional de Governo Aberto Municipal – IIGAM-Brasil, 2017.**

IIGAM-Brasil	DIMENSÕES	ESCALA DE VALOR	N ° DE VARIÁVEIS	COMPOSIÇÃO
	DIMENSÃO 1 – Transparência Ativa( a partir do artigo 8º da Lei 12.527/2011).	0 a 1	20	PESO – 1,25
	DIMENSÃO 2 – ParticipaçãoCidadã	0 a 1	4	PESO – 1,25
	DIMENSÃO 3 – Colaboração Pública	0 a 1	6	PESO – 1,50

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

As pontuações obtidas pelos municípios estudados são gerados após a coleta nos respectivos sítios eletrônicos, de modo institucional, assim acoplado num índice que visa refletir em um valor numérico, numa escala de 0 a 1, para cada uma das dimensões acima referidas, através das quais vamos saber os resultados geral. A fórmula de cálculo descritos no Quadro 2, explica a composição do IIGAM-Brasil que gerará um ranking dos municípios estudados e posteriormente, cruzamentos com dados socioeconômicos das municipalidades.

**Quadro 2 -Fórmula de Cálculo do IIGAM-Brasil, 2017.**

$$IIGAM - Brasil = \frac{[(Dimensão 1 * 1,25) + (Dimensão 2 * 1,25) + (Dimensão 3 * 1,5)]}{3}$$

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Na terceira fase de posse das informações os quantitativos foram tabulados e tratados com base no método de Análise Exploratória de Dados (AED), que utiliza a estatística descritiva, apresentando a frequência absolu-



ta e relativa. Segundo Triola (2005) e Field (2009) a AED é o processo de uso das ferramentas estatísticas (tais como gráficos, medidas de centro e de variação) para investigar um conjunto de dados, com o objetivo de compreender suas características importantes, assim nesta análise quantitativa gerou-se o indicador de governo aberto e o devido ranking dos municípios.

Destaca-se que nesta etapa utilizou-se informações municipais de base de dados socioeconômicas já consolidadas para que, com os possíveis cruzamentos, se pudesse inferir ou refutar variáveis como o perfil populacional, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a taxa de analfabetismo, o Produto Interno Bruto – PIB, entre outros, são elementos preditivos para um melhor ou pior desempenho da administração municipal diante da abertura governamental.

## Análises e Discussões

Inicialmente, para efeitos desta pesquisa tivemos como unidade de coleta de dados o total de 52 municípios distribuídos nas cinco regiões do Brasil, do qual um foi a capital de cada Estado e adicionado o segundo maior município em termos populacionais de cada Estado (excetuamos o Distrito Federal).

Pondera-se que hegemonicamente estes 52 municípios estudados são governados por homens (92,3%), o total de gestores com média de idade de 52 anos e 94,23% apresenta a escolaridade de curso superior completo ou incompleto. Este panorama das características gerais do perfil dos prefeitos (as) é possível inferir há frágil e baixa presença do gênero feminino a frente dos principais municípios brasileiros, algo que é notório na política brasileira, visto que a baixa representatividade feminina em cargos eletivos no Brasil – 9,9% de participação feminina no parlamento brasileiro e cada 10 prefeitos do país, 9 são homens (PMI, 2017; PMI, 2018) –, e quanto a faixa etária média elevada, visto que no Brasil a lei permite ser prefeito a pessoas que tenham a partir de 21 anos, e o bom nível de escolaridade observado talvez ocorra pelo fato de estarmos focalizando capitais e segunda maior cidade dos Estados brasileiros.

Outro fator que foi observado no ranking do IIGAM-Brasil é que o espectro político difuso associado aos 10 melhores ou piores resultados, de modo que não é possível inferir que o espectro político/ideológico a frente da gestão tenha influencia no cumprimento dos requisitos apresentados pelas três dimensões do IIGAM-Brasil.

De modo geral, a aplicação do IIGAM-Brasil nestes municípios obteve-se o seguinte ranking e respectiva pontuação (0 a 1).

Como primeira impressão, observa-se que dos dez primeiros municípios bem ranqueados – com IIGAM que giram de 0,94 a 0,84 – nove são capitais do seus Estados (a exceção é a Joinville), e 7 municípios são da regiões Sul e Sudeste do Brasil, coincidem com localidades com pujança econômica e melhores IDHs.

Já os 10 municípios que estão nas últimas colocações – com IIGAM que giram de 0,51 a 0,10 – concentram 6 municípios da região Norte, e uma capital, no caso Campo Grande que no ano de 2015 teve noticiado caso de envolvimento de prefeito em corrupção em seu mandato<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/mstv-2edicao/videos/v/prefeito-de-campo-grande-e-reu-em-processo-por-corrupcao-passiva-e-lavagem-de-dinheiro/4388960/>

**Quadro 3 – Ranking IIGAM-Brasil para os Municípios Pesquisados**

ORDEM	REGIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	IIGAM
1	SUDESTE	ES	VITÓRIA	0,94
2	SUL	RS	PORTO ALEGRE	0,92
3	SUDESTE	SP	GUARULHOS	0,92
4	NORDESTE	PB	JOÃO PESSOA	0,91
5	SUDESTE	RJ	RIO DE JANEIRO	0,87
6	SUDESTE	MG	BELO HORIZONTE	0,86
7	NORTE	TO	PALMAS	0,85
8	NORDESTE	PE	RECIFE	0,85
9	SUL	SC	JOINVILLE	0,84
10	NORTE	RO	PORTO VELHO	0,84
11	SUL	RS	CAXIAS DO SUL	0,83
12	NORDESTE	BA	FEIRA DE SANTANA	0,82
13	CENTRO-OESTE	MT	CUIABÁ	0,80
14	NORTE	AM	MANAUS	0,80
15	NORDESTE	RN	NATAL	0,78
16	CENTRO-OESTE	GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	0,76
17	CENTRO-OESTE	GO	GOIÂNIA	0,76
18	SUDESTE	SP	SÃO PAULO	0,76
19	NORTE	AC	RIO BRANCO	0,74
20	NORDESTE	MA	IMPERATRIZ	0,74
21	NORTE	PA	BELÉM	0,72
22	NORDESTE	PB	CAMPINA GRANDE	0,72
23	SUL	PR	LONDRINA	0,71
24	CENTRO-OESTE	MS	DOURADOS	0,71
25	NORDESTE	BA	SALVADOR	0,70
26	SUL	PR	CURITIBA	0,70
27	NORDESTE	AL	ARAPIRACA	0,69
28	CENTRO-OESTE	MT	VÁRZEA GRANDE	0,69
29	NORDESTE	CE	CAUCAIA	0,67
30	NORDESTE	MA	SÃO LUIS	0,66
31	NORDESTE	AL	MACEIÓ	0,66
32	NORDESTE	CE	FORTALEZA	0,65
33	SUL	SC	FLORIANÓPOLIS	0,65
34	SUDESTE	ES	SERRA	0,65
35	NORDESTE	SE	ARACAJU	0,64
36	NORDESTE	PI	PARNAÍBA	0,60
37	NORDESTE	RN	MOSSORÓ	0,59
38	NORTE	AP	MACAPÁ	0,58
39	NORTE	TO	ARAGUAÍNA	0,57
40	SUDESTE	RJ	SÃO GONÇALO	0,55
41	NORTE	AM	PARINTINS	0,52
42	NORDESTE	PI	TERESINA	0,51
43	NORDESTE	SE	Nª SRA DO SOCORRO	0,51
44	NORTE	RR	BOA VISTA	0,50
45	NORTE	AC	CRUZEIRO DO SUL	0,48
46	NORDESTE	PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0,47
47	CENTRO-OESTE	MS	CAMPO GRANDE	0,47
48	SUDESTE	MG	UBERLÂNDIA	0,47
49	NORTE	RO	JI-PARANÁ	0,45
50	NORTE	AP	SANTANA	0,43
51	NORTE	RR	RORAINÓPOLIS	0,19
52	NORTE	PA	ANANINDEUA	0,10

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De modo geral, pondera-se que há uma discrepância nas pontuações obtidas pelos municípios, conforme se verifica na Tabela 1 os valores mínimos e máximos, e o desvio padrão do IIGAM-Brasil. Num olhar dimensio-

nal, a dimensão Transparência Ativa é a que apresenta menor discrepância, e consequentemente melhores pontuações, fato reforçado pelo Gráfico 1.

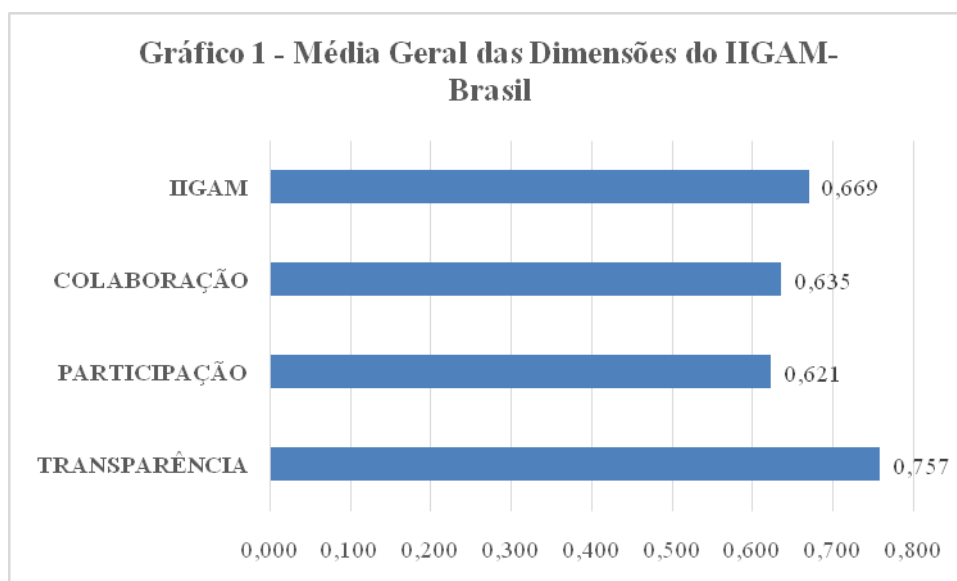
Tal fato pode ser explicada devido ao elemento legal, promulgação e da Lei 12.527/2012 (lei de Acesso a Informação-LAI), e sua consequente fiscalização pelos órgãos de controle externo – Tribunais de Conta e Ministérios Público – além do maior controle social de entidades da sociedade civil (como exemplo a ONG Contas Abertas e Transparência Internacional) que acompanha o cumprimento legal da Lei de Acesso a Informação e dão publicidade a situação de cada instituição pública.

**Tabela 1 - Estatísticas Descritivas**

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Transparência	52	,250	1,010	,75702	,196285
Participação	52	,000	1,000	,62115	,289073
Colaboração	52	,000	,850	,63462	,199211
IIGAM	52	,095	,936	,66866	,174963
N válido (listwise)	52				

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De modo, que não é surpreendente o cumprimento maior nesta dimensão dada a ideia de reforço negativo, ou seja, das sanções legais e sociais (imagem perante a sociedade) aos gestores públicos que não cumprem tais aspectos institucionais, o que Pinho e Sacramento (2009, p. 1349) trataria como *answerability*, que é “a obrigação dos detentores de mandatos públicos informarem, explicarem e responderem pelos seus atos”. Mesmo com tal perspectiva de obrigatoriedade legal de cumprimento da maioria dos itens desta categoria, verifica-se que região Norte apresente uma média bem abaixo das outras regiões do Brasil (Gráfico 2), isto é, uma alta ausência de cumprimento legal da Lei de Acesso a informação.



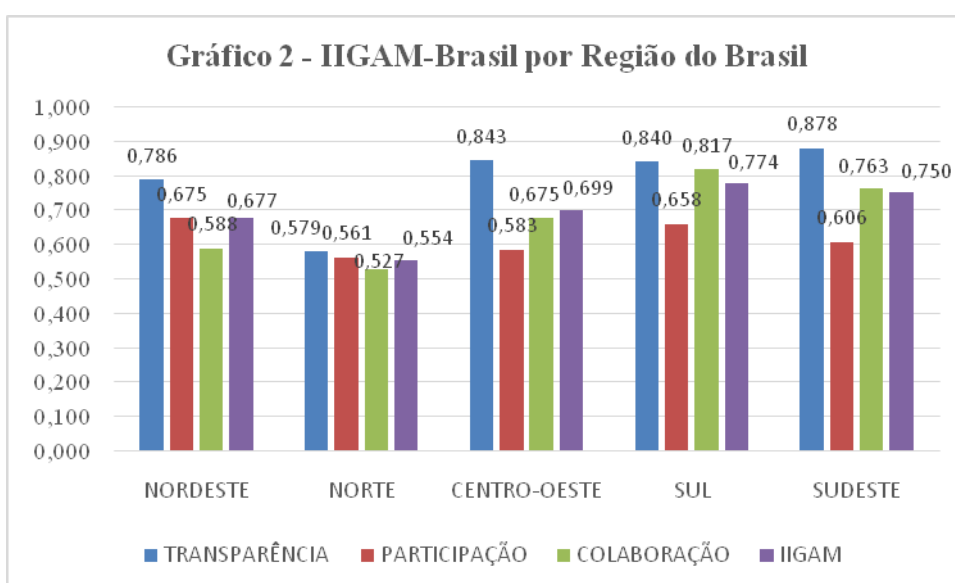
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Já a Dimensão da Participação Cidadã trata-se da que está constatada a menor média (ver Tabela 1 e Gráfico 1). Tal fato denota a pouca apresentação nos sítios eletrônicos dos municípios estudados de dados sobre conselhos e fundos de políticas públicas, bem como a pouca adoção de orçamentos participativos como mecanismo de aproximação dos cidadãos das prioridades e execução orçamentária da localidade.

Ainda é possível reforçar que os indicadores divididos por regiões do Brasil, a região Norte também desponta como menor média (Gráfico 2) para dimensão Participação Cidadã, fato que merece atenção não só dos gestores locais mas também do Governo Nacional, visto que como vivemos num Federalismo e grande parte das políticas são nacionais, porém executadas em âmbito local, este déficit de mecanismos de publicização da participação podem ter efeitos nos resultados das políticas públicas, em especial as políticas sociais (educação, saúde e assistência social).

Na visão de O'Donnell (1991) sobre accountability vertical, a relação de controle ocorre de um agente para um principal, esta dimensão possibilitaria atenuar as relações conflitantes e tornar mais harmoniosa e exitosa tal perspectiva. Assim, ainda há baixa frequência em uso de mecanismos que avancem nesta relação harmoniosa apontada por O'Donnell (1991). A constatação desta dimensão reforça a necessidade dos gestores municipais em promoverem mais ações de publicização de meios que propiciem uma participação mais qualitativa e propositiva dos cidadãos no efetivo controle social.

A terceira dimensão denominada Colaboração Pública obtém desempenho regular, com média de 0,635 (ver Tabela 1 e Gráfico 1), o qual envolve aspectos como utilização de meios que facilitem o acesso a serviços público por meio eletrônico, e a interação via Redes Sociais Digitais (Facebook, Twitter etc.). Nesta dimensão o foco foi privilegiar os municípios que atuam com ações institucionais de estreitamento com a sociedade, isto é, com adoção de ferramentas de interação para além dos elementos obrigatórios previstos na LAI (como o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – E-SIC). Novamente a região Norte agregou menor média 0,527 (Gráfico 2), de modo que, os municípios desta região apresentaram poucos itens da dimensão, assim, pouco propenso a avançaram em instrumentos de interação web 2.0.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Dada esta perspectiva de ir além da legalidade no processo de co-criar e/ou co-produção com outros atores importantes para às ações públicas, que conforme Ramírez-Alujas (2012), cuja finalidade é responder ao esgotamento dos modelos tradicionais de gestão verticaliza, principalmente nos processos decisórios, de implementação e de avaliação de ações públicas. Por tal fato, e o aspecto diferencial e inovador desta dimensão, optou-se em ter um peso maior para esta dimensão no conjunto da composição do IIGAM-Brasil.

Nesta caracterização geral, pondera-se que a média geral do IIGAM-Brasil é de 0,66, o que é caracterizado como regular, ainda deve-se aprofundar que dimensão Transparência Ativa contribui para a elevação da média já que é a dimensão com melhor resultado dentre as três do modelo, conforme Gráfico 2. Ainda, é válido reforçar de que modo geral os municípios da região Norte do Brasil apresentaram os piores indicadores de média nas três dimensões, fato que merecem atenção de gestores, população e órgãos de controle.

Dando continuidade as análises dos dados desta pesquisa, a partir do Ranking do IIGAM-Brasil far-se-á uso de métodos quantitativo para inter-relacionar com dados socioeconômicos e assim, gerar inferências acerca das possíveis relações entre status de colocação no IIGAM-Brasil e aspectos econômicos, educacionais e de desenvolvimento.

Ampliando a análise na perspectiva de buscar inferir relações entre nota do IIGAM-Brasil e dados socioeconômicos – Renda Per Capita Média (2013), Expectativa de anos de estudo, Estimativa da População (2015), Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000, 2013), Produto Interno Bruto per capita (2013), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - 2010), Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (2010), Percentual de inserção digital/uso da internet (2016) – obtidos em outras bases de dados nacionais (IBGE, IPEA etc.) para os municípios são possíveis algumas inferências.

Primeiramente, ao gerar as correlações entre os IIGAM-Brasil e as 8 (oito) variáveis devidamente citadas em parágrafo anterior, verifica-se que apenas a variável Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (2010) apresenta correlação negativa (-0,314), fato que é coerente que quanto maior a perspectiva de escolarização, tende aos cidadãos terem maior poder de discernir no processo de decisão e de intervenção na relação em sociedade e com o ente público. Pondera-se que existência deste fenômeno do analfabetismo fragiliza os grupos sociais no exercício do controle social e construção de uma cultura de accountability numa sociedade, principalmente porque esta parcela da população analfabeta é suscetível ao clientelismo, patrimonialismo e outras práticas (Pinho e Sacramento, 2009).

Todavia, devemos ponderar que das 8 (oito) variáveis apenas 4 (quatro) – Renda Per Capita Média (2013), Produto Interno Bruto per capita (2013), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - 2010), Percentual de inserção digital/uso da internet (2016) – tiveram significância, e neste deteremos maior atenção nas análises.

**Tabela 2 - Correlação entre IIGAM-Brasil e Dados Socioeconômicos**

		Renda Per Capita Média	Expectativa de anos de estudo	Estimativa da População 2015	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000) - 2013	Produto Interno Bruto per capita	IDH	Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	Percentual de inserção digital/uso da internet (%)
II-GAM	Correlação de Pearson	,560**	,239	,246	,227	,514**	,538**	-,314*	,553**
	Sig. (bilateral)	,000	,088	,079	,105	,000	,000	,023	,000
	N	52	52	52	52	52	52	52	52

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral). \* . A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quanto a correlação positiva e moderada de 0,560 para a Renda Per Capita Média (2013) e 0,514 para o Produto Interno Bruto per capita (2013), é possível inferir que este tipo de indicativo denota que município com melhores indicadores em relação ao grau de crescimento econômico apresenta melhor desempenho institucional no IIGAM-Brasil. Este achado traz uma série de desafios para gestores públicos e sociedade, pois há indicativo claro que quanto mais pujança economia melhor o cumprimento dos requisitos institucionais de Transparência Ativa, Participação Cidadã e Colaboração Pública, então fica o dilema: será que os municípios que apresentem baixos indicadores de crescimento econômico tendem a entrar num ciclo vicioso de não cumprimento do IIGAM-Brasil e conseqüentemente mais dificuldade de implementar um modelo de Governança Pública de forma plena??

Outra inferência é que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2010), indicador sintético com variáveis econômicas, educacionais e de saúde, assim, mais amplo que desvela a perspectiva de desenvolvimento, apresenta correlação positiva e moderada 0,538. Assim, os municípios que apresentam melhores IIGAM tendem a apresentar melhor IDH, fato importante que revela os efeitos que o desenvolvimento, a partir do olhar das capacidades, amplia o entendimento que a remoção de fontes de privação de liberdades, sejam elas de natureza econômica ou de carência no acesso a serviços básicos e de assistência social propicia o desenvolvimento de uma localidade, território ou nação (Sen, 2000), de modo que coaduna com a perspectiva de melhoria e aperfeiçoamento do na interação Estado e Sociedade, e melhor condução para plenitude do Governo Aberto na prática.

A última variável com significância foi o Percentual de inserção digital/uso da internet com correlação moderada de 0,553, de modo que coaduna que o maior acesso a informação, isto é, quanto maior inserção digital e a internet, mais liberdade de usufruto de informação e mais possibilidades de exercício pleno da cidadania, e corroborando com Mendieta (2012), atende ao princípio de melhorar a disponibilidade das informações a respeito das atividades do governo, um dos princípios estabelecidos pela AGA.

Além de que, o estudo teve foco no aspecto institucional do Governo Aberto a partir dos sítios eletrônicos, assim, maior acesso digital e a internet, possibilita que o cidadão verifique se os portais atendem plenamente as leis e anseios da cidadania quanto ao trato da coisa pública por parte dos agentes público. De modo que, esta variável de acessibilidade é fator de influência num maior ou menor desempenho institucional dos municípios pesquisados.

Por fim, pondera-se que a proposta de mensuração a partir do IIGAM-Brasil revela alguns indícios de avanços quanto à possibilidade de vigilância a mensuração do cumprimento dos dispositivos legais de Transparência

Ativa, a partir da Lei de Acesso a Informação. E que estes avanços nesta dimensão têm forte efeito na composição da nota do IIGAM-Brasil. Ainda foi possível apontar correlações entre o IIGAM-Brasil e variáveis socioeconômicas, em especial com variáveis econômicas, de desenvolvimento e de inserção digital. Todavia, ainda estão um pouco distantes do estágio de consolidação de um Paradigma de Governo Aberto em âmbito municipal.

## Considerações finais

Com o intuito de investigar o estágio implementação institucional do paradigma do Governo Aberto em 52 municípios brasileiros, o presente artigo buscou agrupar dados e transformá-los em informações através do IIGAM-Brasil, adotado como instrumento de pesquisa. Propôs-se ainda, a correlacionar fatores socioeconômicos e com as notas do IIGAM-Brasil.

No processo de mineração de dados, tornou-se perceptível o grau de relevância dado a maneira a qual a informação era disposta ao cidadão. Ao passo que alguns municípios carecem de melhorias no nível de acessibilidade informacional oferecido, de modo que proporcionem plenitude de acesso aos dados a todos, independentemente do grau de instrução, garantindo o cumprimento do princípio constitucional da publicidade. Ressalta-se que a Transparência Ativa, analisada de modo desagregado, obteve um bom resultado, e pondera-se que a possibilidade de acesso a informação de forma irrestrita afeta de forma significativa o controle social, todavia, é necessário mais do que somente transparência para o real desenvolvimento, sendo primordial, a acessibilidade da informação para a sociedade de modo global, isto é, de modo compreensível e associado a mecanismos de participação e colaboração, aspectos que deixam a desejar nos resultados da pesquisa.

De modo geral, ressalta-se que os municípios da região Norte do Brasil detêm as menores pontuação, seja no IIGAM-Brasil, ou nas dimensões de modo desagregado, fato que merece atenção dos gestores, cidadãos e órgãos de controle (ministério Público e Controladorias), já que a dimensão Transparência Ativa apresenta variáveis associadas a requisitos legais impostos pela Lei de Acesso a Informação, que infelizmente não estavam sendo cumpridos no momento da pesquisa. E por fim, após as correlações observadas entre IIGAM-Brasil e dados socioeconômicos verificou-se que há uma relação moderada entre melhores notas no IIGAM-Brasil e melhor IDH e a inserção digital da população dos municípios. De modo que, é possível apontar que desenvolvimento dos municípios através do fortalecimento da educação, saúde e economia tem impacto na remoção de restrições nas escolhas e oportunidades de exercer uma ação racional, de modo a ampliar as liberdades – políticas, econômicas e sociais – contribuindo para ação e interação cidadão, via mecanismos de participação e colaboração, nas ações de interesse público. Ressalta-se que a pesquisa buscou promover a consolidação de um mensurado institucional de variáveis associadas a dimensões de Governo Aberto, conforme a literatura, e após gerar um ranking, compreender as dimensões mais frágeis a serem trabalhadas pelos gestores públicos e também mais observados pelos cidadãos e órgãos de controle. Também foram realizadas associações de correlação, porém não se esgotará por aqui. Para próximos estudos serão aprofundados os dados com a utilização da análise de cluster para gerar tipologias de consolidação do Governo Aberto, de acordo com as características apresentadas nas 3 dimensões de análise por parte da amostra dos municípios, assim, delinear uma possível escala de estágio de maturidade dos municípios frente ao IIGAM-Brasil e aos dados socioeconômicos. Além da possibilidade de utilização de outras técnicas quantitativas para aprofundar as análises a respeito das práticas institucionais de Governo Aberto. 📍

## Referencias

- Arnstein, Sherry R. 2002. "Uma escada da participação cidadã". Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, 2, p. 4-13.
- Brandsen, Taco; Honingh, Marlies. 2016. "Distinguishing Different Types of Coproduction: A Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions. Public". Administration Review, Vol. 76, Iss. 3, pp. 427-435.
- Brasil. 2011. "Lei n. 12.527 que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 20 jun. de 2016.
- Brasil. 2009. "Lei Complementar n. 131 que acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- Brasil. 2000. "Lei Complementar n. 101 que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 20 jun. de 2016.
- Brasil. 1988. "Constituição da República Federativa do Brasil". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jun. 2016.
- Bresser-Pereira, L. C.. 1996. "Da Administração Pública Burocrática à Gerencial". Revista do Serviço Público, 47, pp. 1-28.
- Calderón, Cesar; Lorenzo, Sebastián. 2010. "Open Government". Madri: Editora Algon Editores/MMX.
- Campos, Anna Maria. 1990. "Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?" Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 24, pp. 30-50.
- CGU. 2016. "Governo Aberto no Brasil (2016)". Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/governo-aberto-no-brasil>>. Acesso em: 13 jul 2017
- Dias, Thiago Ferreira; Oliveira, E. F..2016. "Transparencia, participación y colaboración: análisis exploratorio de la propuesta del Índice Institucional de Gobierno Abierto Municipal-Brasil". In: Anales del VII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP-IUIOG. Madrid: GIGAPP-IUIOG: 2016.
- Field, Andy. 2009. "Descobrimo a estatística usando o SPSS". São Paulo: Bookman/Artmed.



- Fontes-Filho, Joaquim Rubens. 2014. "Da nova gestão pública à nova governança pública: as novas exigências de profissionalização da função pública". XIX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Quito, Ecuador, 11 – 14 nov..
- Hernández-Bonivento, José; Gandur, María Paula; Najles, Julián. 2014. "Gobierno Municipal Abierto: de la proximidad administrativa a la acción colaborativa". Departamento de la Gestión Pública Efectiva, Secretaría de Asuntos Políticos, Organización de los Estados Americanos OEA. Washington DC, EEUU.
- Hernández-Bonivento, José A. Hernández. 2016. "Índice Institucional para el Gobierno Abierto Municipal: IIGAM CHILE 2016". Santiago: Instituto Chileno de Estudios Municipales de la Universidad Autónoma de Chile. Disponible en: <http://iichem.uaautonoma.cl/indice-institucional-para-el-gobierno-abierto-iigam-chile-2016/> [fecha de consulta: 10 de agosto de 2016].
- Keinert, T. M. M.. 2000. "Administração Pública no Brasil: Crises e Mudanças de Paradigmas". São Paulo: Anablume/FAPESP.
- O'Donnell, Guillermo. 1991. "Democracia delegativa?" *Novos Estudos*, São Paulo, n. 31, pp. 25-40.
- Osborne, Stephen P..2006. "The new public governance". *Public Management Review*, 8, pp. 377-387.
- Ostrom, Elinor. 1996. "Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development". *WorldDevelopment*, 24, pp. 1073-1087.
- Oszlak, Oscar. 2003. "¿Responsabilización o responsabilidad?: el sujeto y el objeto de um estado responsable". In: Anales del VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá.
- Pacto Internacional de direitos civis e políticos (1966). Disponível em < <http://www.cjf.jus.br/caju/tratados.pdf>>. Acesso em 13 jul de 2017
- Pestoff, Victor. 2006. "Citizens and co-production of welfare services", *Public Management Review*, 8, pp. 503-519.
- Prado, O; Ribeiro, M. M.; Diniz, E. 2012. "Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro". In: PINHO, J. A. G. (Ed.). . Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: Editora EDUFBA.
- Pierre, Jon; Peters, B. Guy. 2000. "Governance, politics and the state". New York: St.Martin's Press.
- Pinho, José Antonio Gomes; Sacramento, Ana Rita Silva. 2009. "Accountability: já podemos traduzi-la para o português?" *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43(6): 1343-1368.
- PMI. 2018. Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo. Brasília: Projeto Mulheres Inspiradoras. Disponível em: <http://urlmaster.com.br/ctratk/marlene-campos-machado/Ranking-de-Presen%C3%A7a-Feminina-no-Poder-Executivo-2018.pdf> Acesso: 23/07/2018.
- PMI. 2017. Ranking de Presença Feminina no Parlamento. Brasília: Projeto Mulheres Inspiradoras. Disponível em: <http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf> Acesso: 23/07/2018.

Ramírez-Alujas, Álvaro. 2012. "Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta?", Revista Más Poder Local, Nº 12, Especial Redes Sociales y Gobernanza, pp. 14-22.

Schommer, Paula Chies; Dahmer, Jeferson; Spaniol, Enio Luiz. 2014. "Controle Social no Brasil – Estadocêntrico ou Sociocêntrico? Evidências da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, Consocial". Administração Pública e Gestão Social, 6(1), jan-mar, pp. 35-47.

Sen, Amartya. 2000. "Desenvolvimento como Liberdade". São Paulo: Companhia das Letras.

Triola, M. F.. 2005. "Introdução à estatística". 9 ed.. Rio de Janeiro: LTC.

Zuccolotto, Robson; Teixeira, Marco Antonio Carvalho; Riccio, Edson Luiz. 2015. "Transparência: reposicionando o debate". Revista Contemporânea de Contabilidade, UFSC, Florianópolis, 12, p.137-158.

## Sobre los autores/ About the authors

Thiago Ferreira Dias es Profesor Adjunto de la Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Actualmente es Vice líder del Grupo de Investigación en Innovación en la Gestión Pública. Anna Beatriz Rodrigues Garcia es estudiante de Grado en Administración por la Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Nathália Lara Fagundes Souza Camilo es estudiante de Grado en Administración por la Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.

## URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto  
Asociación GIGAPP.  
ewp@gigapp.org